

ENVELHECER INSTITUCIONALMENTE – REVISÃO CRÍTICA DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Maria Tamires Sabino da Mota Silveira; Eduarda Lima Mendes

Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. [tamiresilveira @live.com](mailto:tamiresilveira@live.com)

O aumento da expectativa de vida e crescimento da população idosa é uma realidade vivida mundialmente. Os diversos avanços na medicina, farmácia e demais ciências biológicas, o melhor entendimento sobre o meio ambiente em que vive e seus os efeitos naturais, a tecnologia que contribui para o aperfeiçoamento das atividades de vida diárias e tantos outros fatores colaboram para que se viva melhor e por mais tempo.

Devemos considerar que, mesmo acontecendo mundialmente, o envelhecimento populacional ocorre “de maneira particular a cada pessoa, (...), sendo também o resultado da relação objetiva e subjetiva com as diversas representações da velhice, do envelhecimento, e do velho ancoradas na cultura.” (1)

Em consonância a esse fenômeno temos também as configurações e arranjos familiares que vão se modificando ao longo da história. Sobre a família brasileira, por exemplo, Araújo et al (2010) expõem que

(...) tem se modificado com a modernização da sociedade. A inserção da mulher no mercado de trabalho, os contraceptivos, a redução do tamanho das famílias e a falta de tempo na vida atual vêm modificando a relação do cuidado. Somada a essas mudanças, a escassez de alternativas para as famílias manterem seus velhos em casa e a questão dos idosos sem referência familiar têm impulsionado a demanda por internações. (2)

O surgimento de instituições como mecanismo de assistência a este público não é recente em nenhuma sociedade. Os primeiros asilos (nomenclatura inicial dada às instituições que abrigavam idosos) estavam vinculados à Igreja Católica, em sua grande maioria, e também recebiam doentes, crianças abandonadas, pessoas que não tinham família, emprego ou condições para sustentar-se. (2)

A primeira instituição para idosos brasileira foi fundada em 1890 no Rio de Janeiro e era chamada de Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, “a instituição era um mundo à parte e ingressar nela significava romper laços com família e sociedade” (2). Este caráter institucional permaneceu presente por muito tempo no modelo de assistência prestada nos asilos. Os idosos que

eram destinados a estas instituições geralmente estavam em condições de completo abandono familiar ou solidão e já não possuíam condições físicas para realizar o autocuidado.

Depois de muito avanço e discussão no campo da gerontologia e geriatria surge um novo conceito de cuidado praticado e representado pelas instituições de longa permanência para idosos (ILPI). De acordo com a legislação brasileira pertinente, as ILPIs seriam destinadas ao público idoso que não possuem nenhum vínculo familiar e que precisam de cuidados de saúde diários, os quais já não são capazes de realizar.

Contudo, o cenário que encontramos é bastante diferente, o número de idosos independentes e autônomos dentro das ILPIs é cada vez maior, e mesmo quando a assistência prestada é de qualidade o processo de institucionalização acaba por desencadear “um processo crônico de perda de autonomia, isolamento, adoecimento, perda de funções motoras, sociais, etc.” (3).

A população está envelhecendo aceleradamente, desse modo, é possível visualizar a necessidade de discutir, debater e analisar a realidade das ILPIs brasileiras a fim de aprimorar estes serviços e também de encontrar melhores alternativas de assistência aos diversos tipos envelhecimentos, visto que a cada dia que passa a população idosa aumenta e com características que variam de acordo com arranjo familiar, cultura, estilo de vida, comorbidades, etc.

Pretende-se com este estudo ampliar a discussão acerca do tema, levar conhecimento sobre essa modalidade de assistência à população idosa, assinalar o real papel das instituições de longa permanência para idosos no contexto atual do processo de envelhecimento populacional, além de apontar os desafios e potencialidades deste tipo de assistência.

Para a construção deste estudo a metodologia utilizada como base foi a revisão crítica da literatura através da pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema. De acordo com Mancini e Sampaio (2006)

Revisão crítica da literatura, também conhecida como estudos de revisão passiva (sintetizam estudos sobre um tema) ou revisões opinativas (analisam a evidência existente sobre um assunto), são estudos nos quais os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida. (4)

O trajeto metodológico começou reunindo e analisando publicações de artigos que abordavam a trajetória histórica das instituições que abrigam idosos, pontuando brevemente sobre o surgimento destas instituições e seu panorama brasileiro. Posteriormente foram analisados estudos sobre o processo de envelhecimento nos asilos e como se deu a evolução para o que chamamos hoje em dia de ILPIs com o intuito de mostrar que a concepção de abrigo na velhice está em constante mudança na busca pela assistência de qualidade.

Em seguida foram expostos alguns aspectos negativos que implicam a vivência nestas instituições, fragilização dos laços familiares e comunitários, perda de autonomia para decisão das atividades de vida diárias, entre outros. Contudo, não podemos negar ou omitir o papel das ILPIs na garantia de uma velhice mais assistida com relação ao suporte profissional ofertado nestas instituições.

A grande maioria das publicações foram retiradas da *Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, com QUALIS CAPES B1 na área interdisciplinar em circulação desde 1999 com periodicidade semestral e está indexada em 7 bases de dados, e da *Revista Kairós Gerontologia*, fundada em 1997 atualmente conta com periodicidade trimestral em seu portal eletrônico, está indexada em 9 bases de dados e possui a classificação QUALIS CAPES B3 na modalidade interdisciplinar de acordo com a Plataforma Sucupira.

Com o aumento da taxa de escolaridade, maior acesso à veículos de mídia, surgimento de movimentos sociais lutando em prol dos direitos da pessoa idosa, entre outros fatores, a sociedade começa a visualizar o processo de envelhecimento como uma etapa da vida que precisa de atenção e cuidados bastante específicos. Nesse sentido, “é necessário entender que o modo como cada indivíduo atravessa esta etapa de vida será diferenciado a partir do momento em que ele mantiver ou encontrar um grupo e, assim, desenvolver o sentido de pertença” (5).

Dentro desse contexto as instituições de longa permanência para idosos (ILPI) possuem sim um papel importante na busca pelo envelhecimento de qualidade. São espaços onde o idoso pode encontrar um ambiente propício e adequado às suas necessidades, tanto no que diz respeito à assistência de profissionais de saúde, quanto no convívio com outros grupos sociais. Contudo, como foi dito anteriormente, cada indivíduo possui um processo de envelhecimento distinto e dessa forma podemos dizer que não são todos os idosos que possuem perfil e, acima de tudo, irão se beneficiar da proposta das ILPIs.

No Brasil, o suporte provido ao idoso pela família, comunidade e Estado, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, enfrenta dificuldades crescentes, como a falta de políticas sociais de suporte aos cuidadores, a queda da fecundidade, o aumento na proporção de separações conjugais, idosos residindo com familiares cuja renda total não ultrapassa três salários mínimos e, por fim, o sistema de suporte formal que não tem sido capaz de substituir o papel da família. (6)

A escassez de políticas públicas de proteção ao envelhecimento de qualidade limita as oportunidades de cuidado disponíveis à população idosa e suas famílias. Quando o idoso tem alguma condição de saúde específica a família, que quase sempre não está preparada, encontra dificuldades com o manejo de doenças como demência, sequelas de acidentes vasculares

encefálicos, quedas, quadros depressivos, etc. Esse fator é um importante motivador da institucionalização de idosos hoje em dia. (6)

É sabido que ao atingir a velhice, cada indivíduo carrega uma história de vida com experiências únicas com sua família, comunidade, sociedade, amigos, etc. Muitos idosos ao serem institucionalizados acabam por ter os vínculos fragilizados a partir da entrada em ILPIs pelo fato de não estar mais no convívio diário com familiares, amigos, comunidade, etc.

Outro fenômeno que também ocorre com frequência é a perda da autonomia para realização de suas atividades de vida diárias. Por mais independente que o idoso institucionalizado seja, a coordenação da ILPI determina grande parte dos horários e atividades que o idoso tem que cumprir (6). Horários para banhos, ingestão de medicamentos, atividades de lazer desenvolvidas por profissionais, entre outros, são determinados para que a dinâmica institucional aconteça de forma a beneficiar idosos e profissionais, contudo estas decisões nem sempre são acordadas entre esses dois públicos.

Sobre este assunto é importante considerar que

(...) a vida sem autonomia, rodeada de regras e limites, pode reduzir os idosos institucionalizados a indivíduos desinteressados e sem muitas expectativas. Mesmo que a instituição cumpra o papel de abrigo, apoio e cuidado, é de suma importância que esta incorpore em suas práticas atividades para garantir maior independência e autonomia. (6)

Por outro lado, o suporte profissional fornecido na ILPI dá ao idoso uma segurança de cuidado em termos operacionais que ele provavelmente não teria de sua família ou comunidade. São cuidados médicos, nutricionais, de enfermagem, fisioterapia, dentre outras especialidades, que seria muito mais difícil de acessar no serviço da Unidade Básica de Saúde, por exemplo. Além de outros cuidados com a preparação da alimentação por copeiras e do serviço de lavanderia. (6)

Entretanto, as instituições de longa permanência para idosos sozinhas não são capazes de fornecer a velhice adequada. Uma das grandes dificuldades encontradas na política direcionada à pessoa idosa é a rede de assistência de serviços disponíveis para esta população. Infelizmente, são poucos os serviços criados exclusivamente para assistir à velhice. O que existem são programas e projetos desenvolvidos em serviços pré-existent com um enfoque na população idosa, contudo este tipo de prática acaba não atendendo às necessidades do público alvo por não ofertar a assistência necessária às particularidades do envelhecimento.

Dessa forma, para que a ILPI possa desenvolver seu objetivo de oferecer um processo de envelhecimento adequado é necessário um conjunto de políticas e programas para além da institucionalização. Estado, família e sociedade devem trabalhar em conjunto na perspectiva de

garantia do acesso aos direitos da pessoa idosa, na defesa de tais direitos e na melhoria dos serviços e políticas públicas desenvolvidas para este público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) KREUZ, G.; FRANCO, M. H. P. **Reflexões acerca do envelhecimento, problemáticas, e cuidados com as pessoas idosas.** Revista Kairós Gerontologia, 20(2), pp. 117-133. São Paulo, Brasil. 2017.
- (2) ARAÚJO, C. L. de O.; SOUZA, L. A. de; FARO, A. C. M. e. **Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil.** Disponível em: <https://seguro.mprj.mp.br/documents/112957/19364082/artigo_a_trajetoria_das_ilpis_para_idosos_no_brasil.pdf>. Acessado em: 06/10/2017.
- (3) ROZENDO, A. S.; DONADONE, J. C. **Políticas públicas e asilos de velhos: grau de dependência em idosos institucionalizados.** Revista Kairós Gerontologia, 20(1), pp. 299-309. São Paulo, Brasil. 2017.
- (4) MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão.** Rev. Bras. Fisioterapia, v 10(4), p. 361-472. São Carlos, 2006.
- (5) DUARTE, L. M. N. **O processo de institucionalização do idoso e as territorialidades: espaço como lugar?** Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento., Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 201-217, 2014.
- (6) FERRETI, F.; SCOOOL, B. F.; ALBRECHT, D. C.; FERRAZ, L. **Viver a velhice em ambiente institucionalizado.** Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 423-437, 2014.